



KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A.
CNPJ 20.346.524/0001-46

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - (Em milhares de R\$)

	NOTA	2023	2022		NOTA	2023	2022
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	7	333.141	586.012				
Contas a receber		6.346	242				
Estoques	8	554.309	574.077				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.289	10.875				
Tributos a recuperar	9	86.435	139.533				
Instrumentos financeiros derivativos	22	26.353	9.407				
Outros ativos circulantes	10	67.589	33.643				
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.084.462	1.353.789				
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	7.896				
Depósitos judiciais	13.3	46.442	37.486				
Estoques	8	236.104	148.292				
Tributos a recuperar	9	142.916	158.983				
Outros ativos não circulantes	10	19.157	18.864				
Mútuos com partes relacionadas	19	15.577	1.432.153				
		460.196	1.803.674				
Imobilizado	11	7.167.547	7.557.780				
Intangível	11	163.773	181.403				
		7.331.320	7.739.183				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.791.516	9.542.857				
TOTAL DO ATIVO		8.875.978	10.896.646				
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Fornecedores e contas a pagar	12	407.657	412.075				
Imposto de renda e contribuição social a recolher		343.270	351.774				
Outros tributos a recolher		30.289	31.642				
Salários e encargos sociais		90.679	82.912				
Provisão para fechamento de mina	14	58.270	34.625				
Mútuos a pagar com partes relacionadas	19	145.308	361				
Outros passivos circulantes		7.482	4.818				
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		1.082.955	918.207				
NÃO CIRCULANTE							
Provisão para fechamento de mina	14	509.909	435.425				
Provisões para contingências	13	210.797	196.959				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.1	744.962	1.060.523				
Outros passivos não circulantes		10.816	11.369				
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.476.484	1.704.276				
TOTAL DO PASSIVO		8.875.978	10.896.646				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro
(Em milhares de reais)

	NOTA	Capital Social	Reservas de capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva Especial	Ajuste acumulado de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 31 de Dezembro de 2021		1.869.646	36.955	129.679	916.574	198.028	5.702.430	(20.978)	-	8.832.344
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.343.564	1.343.564
Opções de ações outorgadas no exercício		-	2.941	-	-	-	-	-	-	2.941
Ajuste de conversão		-	-	-	-	-	(637.051)	-	-	(637.051)
Ganho (perda), líquida de hedge fluxo de caixa		-	-	-	-	-	-	30.048	-	30.048
Dividendos		-	-	-	(916.573)	(198.028)	-	-	-	(1.114.601)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	(183.072)	(183.072)
Constituição de reservas		-	-	67.179	957.289	136.024	-	-	(1.160.492)	-
Em 31 de Dezembro de 2022		1.869.646	39.896	196.858	957.290	136.024	5.065.379	9.070	-	8.274.163
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.761.678	1.761.678
Redução do capital social	17.1	(1.431.890)	-	-	-	-	-	-	-	(1.431.890)
Opções de ações outorgadas no exercício		-	6.094	-	-	-	-	-	-	6.094
Ajuste de conversão	17.3	-	-	-	-	-	(649.417)	-	-	(649.417)
Ganho (perda), líquida de hedge fluxo de caixa	17.4	-	-	-	-	-	-	6.672	-	6.672
Dividendos	19.2	-	-	-	(956.979)	(136.024)	-	-	-	(1.093.003)
Juros sobre o capital próprio	19.2	-	-	-	(387.609)	-	-	-	(170.149)	(557.758)
Constituição de reservas		-	-	1.591.529	-	-	-	-	(1.591.529)	-
Em 31 de Dezembro de 2023		437.756	45.990	196.858	1.204.231	-	4.415.962	15.742	-	6.316.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Kinross Brasil Mineração S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sua matriz localizada em Paracatu e com escritório administrativo em Belo Horizonte, ambos em Minas Gerais. As instalações da Companhia compreendem uma mina a céu aberto - denominada Morro do Ouro, duas usinas de beneficiamento, duas áreas para armazenamento de rejeitos localizados em Paracatu - Minas Gerais, além de duas usinas hidrelétricas, sendo uma no município de Caçu e outra no município de Cachoeira Alta, ambas no Estado de Goiás.

A Companhia tem por objeto:
a) realizar o aproveitamento de jazidas minerais através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais;
b) produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte de forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos;
c) promover e executar, atendidas as formalidades legais, todas e quaisquer atividades relacionadas ou necessárias, direta ou indiretamente, à consecução do seu objeto, inclusive importação ou exportação de quaisquer produtos ou mercadorias, e execução de quaisquer outras atividades que possam ser consideradas como secundárias ou correlatas com o seu objeto;
d) prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no Exterior;
e) constituir ou participar, diretamente ou indiretamente, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, majoritariamente ou minoritariamente, cujos objetos sociais sejam vinculados ou acessórios ao seu objeto social.

A Companhia é subsidiária integral do grupo Kinross Gold Corporation, sediado em Toronto, Canadá, e com ações listadas nas bolsas de Toronto (TSX) e Nova York (NYSE).

A produção de ouro da Companhia é comercializada, substancialmente, no mercado externo, inclusive a prata extraída como subproduto do ouro.

Os recursos geológicos prováveis e provados são de cerca de 5.446 milhões de onças de ouro (Não auditado).

A produção equivalente de ouro para o exercício de 2023 foram de 587.999 onças (2022 - 577.354 onças).

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 30 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis sob as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva.

(i) Julgamentos
As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas:
• **Provisão para contingências - Nota explicativa 13:** As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.
• **Depreciação, exaustão e amortização - Nota explicativa 11:** Há um julgamento significativo envolvido na determinação das vidas úteis e valores residuais para o cálculo da depreciação, exaustão e amortização, e não há garantia de que as vidas úteis e valores residuais reais não diferirão significativamente das suposições atuais.
(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas
As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
• **Provisão para obsolescência dos estoques - Nota explicativa 8:** mensuração da provisão para perda de estoques com base nos valores líquidos de realização;
• **Reservas minerais e vida útil das minas - Nota explicativa 11:** As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e da depreciação dos ativos que são depreciados com base nas unidades produzidas. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculados poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de impairment.

necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

• **Provisão para fechamento de mina - Nota explicativa 14:** A Companhia avalia sua provisão para fechamento de mina anualmente ou quando novas informações relevantes se tornam disponíveis. As atividades de mineração e exploração estão sujeitas a diversas leis e regulamentações que regem a proteção do meio ambiente. Em geral, essas leis e regulamentações estão em constante mudança. A contabilização das obrigações de recuperação e remediação requer que a administração faça estimativas dos custos futuros que a Companhia incorrerá para concluir o trabalho de recuperação e remediação necessário para cumprir as leis e regulamentações existentes. Os custos reais incorridos podem diferir dos valores estimados. Além disso, alterações futuras nas leis e regulamentações ambientais podem aumentar a extensão do trabalho de recuperação e remediação exigidos à Companhia. Aumentos nos custos futuros podem impactar significativamente os valores a serem gastos para recuperação, remediação e fechamento de mina. A provisão representa a melhor estimativa da administração do valor presente da obrigação futura. Os gastos futuros reais podem diferir dos valores atualmente fornecidos.

• **Despesa de depreciação - Nota explicativa 11:** mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado e unidades produzidas; principais premissas na determinação da vida útil e unidades produzidas.

• **Despesa de amortização - Nota explicativa 11:** mensuração da depreciação pela vida útil do ativo intangível e unidades produzidas; principais premissas na determinação da vida útil e unidades produzidas.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), e a moeda funcional da Companhia é o Dólar Americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das políticas contábeis materiais
3.1. Políticas contábeis materiais
(i) Transações e saldos
Transações realizadas em moeda diferente da moeda funcional são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda diferente da moeda funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da moeda funcional são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

As demonstrações financeiras foram convertidas para R\$ (real), como moeda de apresentação, através dos seguintes procedimentos:
• Os saldos das contas de ativo e passivo para cada item do balanço patrimonial foram convertidos utilizando a taxa cambial de fechamento disponíveis no final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2023 US\$ 1,00 equivale a R\$ 4,8413 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 5,2177);
• O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio durante o período corrente foram convertidas pela taxa de suas respectivas datas;
• As receitas, custos e despesas foram convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações ou pela taxa média mensal do dólar;
• As variações cambiais resultantes dos itens descritos acima foram reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão;
• Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(ii) Apuração do resultado:
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos e os passivos. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

(iv) Estoques
Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transporte e armazenagem. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias.

(v) Ativo imobilizado e intangível
Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos, demais imobilizados e intangíveis estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se

Demonstração de Resultado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	NOTA	2023	2022
Receita operacional líquida			
Receita de vendas	20	5.543.724	5.101.987
Custo dos produtos vendidos	21	(3.495.454)	(3.405.618)
Lucro Bruto		2.048.270	1.696.369
Receitas (Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(18.685)	(16.974)
Gastos com desenvolvimento de projetos e exploração		(27.543)	(9.612)
Outras despesas operacionais, líquidas		(28.482)	(29.344)
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		1.973.560	1.640.439
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		50.508	53.838
Variações cambiais, líquidas		(22.859)	(44.940)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido		2.001.209	1.649.337
Lucro líquido do exercício			
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.2	(239.531)	(305.773)
Lucro líquido do exercício		1.761.678	1.343.564
Lucro por ação		4,68	2,58
Quantidade de ações ao final do exercício	17.1	376.708	519.897
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	NOTA	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
Outros resultados abrangentes		1.761.678	1.343.564
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ajuste de conversão da moeda funcional para a moeda de apresentação	17.3	(649.417)	(637.051)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ganhos sobre hedge de fluxo de caixa		10.109	45.527
Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa		(3.437)	(15.479)
Total do resultado abrangente do exercício		1.118.933	736.561
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro
(Em milhares de R\$)

	NOTA	2023	2022
Fluxos de caixa operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.761.678	1.343.564
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		864.602	884.441
Provisão para contingências	13	18.817	4.749
Provisão para obsolescência dos estoques	8	31.883	5.151
Provisão para fechamento de mina	14	30.573	26.629
Instrumentos financeiros derivativos	22	1.059	(3.178)
Resultado na venda de ativos		4.057	2.792
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.2	239.531	305.773
Variações monetárias e cambiais, juros e outros		(91.583)	(45.840)
(Aumentos) reduções de ativos operacionais:		2.860.617	2.524.081
Contas a receber e outros ativos		(31.609)	10.367
Estoques		(152.529)	(60.290)
Tributos a recuperar		(99.098)	(153.594)
Aumentos (reduções) de passivos operacionais:			
Fornecedores		(4.418)	82.433
Tributos a recolher		54.796	(42.327)
Mútuos com partes relacionadas		2.615	-
Outras contas a pagar		41.104	40.050
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.671.478	2.400.720
Impostos pagos sobre o lucro		(500.315)	(559.968)
Pagamento de obrigações para fechamento de mina	14	(35.815)	(37.044)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.135.348	1.803.708
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Juros recebidos de partes relacionadas		73.312	171.758
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis		(859.510)	(786.991)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado		695	1.690
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(785.503)	(613.543)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos pagos - partes relacionadas		-	(2.037)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos		18.283	2.016
Redução do capital social	17.1	(109.493)	-
Pagamento de Dividendos	19.2	(1.506.134)	(1.297.673)
Pagamento de arrendamento		(5.372)	(3.980)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(1.602.716)	(1.301.674)
Fluxo de caixa consumido no exercício		(252.871)	(111.509)
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa		586.012	697.521
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa		333.141	586.012
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(252.871)	(111.509)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

A depreciação dos ativos é calculada pelo método de unidades produzidas para os ativos relacionados à barragem de re

<p>KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S.A. CNPJ 20.346.524/0001-46</p>	<p>continuação... Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</p>					
<p>Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.</p> <p>No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.</p> <p>Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos financeiros a Companhia estão mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio</p> <p>A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. <p>As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.</p> <p>Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros</p> <p>Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.</p> <p>A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).</p> <p>O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.</p> <p>Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas</p>	<p>no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.</p> <p>Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.</p> <p>(viii) Redução ao valor recuperável ("Impairment")</p> <p>a. Ativos financeiros não derivativos</p> <p>A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando relevante.</p> <p>A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: (i) títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e (ii) outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.</p> <p>As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (<i>forward-looking</i>).</p> <p>O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou, o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.</p> <p>O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.</p> <p>Mensuração das perdas de crédito esperadas</p> <p>Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.</p> <p>Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.</p> <p>Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial</p> <p>A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.</p> <p>Baixa</p> <p>O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.</p> <p>b) Ativos não financeiros</p> <p>Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e impostos a recuperar, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.</p> <p>O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.</p> <p>Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.</p> <p>(ix) Benefícios a empregados</p> <p>Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.</p> <p>Pagamento baseado em ações</p> <p>Os efeitos dos programas de remuneração baseada em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O montante é reavaliado, no mínimo, uma vez no ano, no final do exercício. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício.</p> <p>(x) Provisões e provisão para fechamento de mina</p> <p>Provisões</p> <p>As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados onde seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável de seu valor. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo é material, as provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado e, quando apropriado, os riscos específicos do passivo. Quando o desconto for utilizado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.</p> <p>Passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras se forem determináveis e prováveis, e são divulgados nas notas explicativas às informações financeiras, a menos que a sua ocorrência seja considerada remota.</p> <p>Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas explicativas se a sua recuperação for considerada provável.</p> <p>Provisão para fechamento da mina</p> <p>As provisões para fechamento e restauração de minas são constituídas no período contábil em que a degradação ambiental ocorre para custos futuros estimados de fechamento, restauração e para custos de recuperação ambiental (que incluem custos como desmontagem e demolição de infraestrutura, remoção de materiais residuais e remediação de áreas contaminadas).</p> <p>Os gastos futuros relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais para fechamento de mina são capitalizados no ativo imobilizado, tendo como contrapartida a provisão para fechamento e restauração de mina; também conhecidos como ARO (<i>Asset Retirement Obligation</i>). Este ativo é amortizado com base nas unidades produzidas. Os valores presentes das obrigações para fechamento de mina são reavaliados anualmente, ou quando novas informações relevantes se tornam disponíveis. Os ajustes decorrentes das reavaliações anuais são registrados no ativo e no passivo correspondentes. O valor presente das obrigações para fechamento de mina é determinado utilizando uma taxa de juros livre de risco.</p> <p>(xi) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido</p> <p>O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil por imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.</p> <p>O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.</p> <p>A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p> <p>A Companhia determinou que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32/IAS 12. A Companhia aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido.</p> <p>Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente</p> <p>A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>	<p>Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.</p> <p>A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(xii) Gastos com estudos e pesquisas minerais</p> <p>Os gastos com pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até a comprovação efetiva da viabilidade econômica e exploração comercial de uma determinada jazida. A partir de então, os gastos incorridos são capitalizados como custos de desenvolvimento de mina.</p> <p>(xiv) Demais direitos e obrigações</p> <p>São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).</p> <p>(xiv) Reconhecimento da receita</p> <p>A Companhia aplica a seguinte abordagem em cinco etapas no reconhecimento da receita de contratos com clientes, reconhecendo suas receitas assim que todas as condições abaixo forem satisfeitas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificação do contrato exequível com o cliente; Identificação das obrigações de desempenho individuais previstas no contrato resultantes da transferência de bens; Determinação do preço da transação, como contraprestação pela transferência do bem; Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho individuais identificadas; e Reconhecimento da receita quando cada obrigação de desempenho individual for cumprida. <p>As vendas de ouro da Companhia são reconhecidas na data em que o título de propriedade é transferido para o comprador, que geralmente ocorre quando o ouro é retirado da Companhia, momento em que ocorre o cumprimento da obrigação de desempenho.</p> <p>(xv) Resultado abrangente</p> <p>O resultado abrangente refere-se à variação nos ativos líquidos da Companhia que resulta de transações, eventos e circunstâncias de fontes que não sejam os acionistas da Companhia e inclui itens que não são incluídos no lucro líquido, tais como <i>hedge</i> e ganhos ou perdas cambiais cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia.</p> <p>(xvi) Mensuração do Valor Justo</p> <p>Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (<i>non-performance</i>). Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.</p> <p>Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (<i>inputs</i>) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.</p> <ul style="list-style-type: none"> Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: <i>Inputs</i>, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: <i>Inputs</i>, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (<i>inputs</i> não observáveis). <p>(xvii) Receitas financeiras e despesas financeiras</p> <p>As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, principalmente. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida. Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:</p> <ul style="list-style-type: none"> valor contábil bruto do ativo financeiro; ou ao custo amortizado do passivo financeiro. <p>No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.</p> <p>4. Adoção de novos pronunciamentos e normas contábeis (CPC e IASB)</p> <p>As seguintes normas e/ou alterações entraram em vigor no ano de 2023 e não impactaram significativamente as demonstrações financeiras da Companhia:</p> <ul style="list-style-type: none"> Contratos de Seguros (alterações ao CPC 50/ IFRS 17). Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 8). Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes: Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). <p>5. Gestão de riscos</p> <p>A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar seu plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio negócio</p>				
<table border="1"> <tr> <td data-bbox="149 1605 317 1647">Ativos financeiros a custo amortizado</td> <td data-bbox="317 1605 737 1715">Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i>. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="149 1715 317 1789">Ativos financeiros a valor justo</td> <td data-bbox="317 1715 737 1789">Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa para derivativos designados como instrumentos de hedge.</td> </tr> </table>	Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.	Ativos financeiros a valor justo	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa para derivativos designados como instrumentos de hedge.		
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.					
Ativos financeiros a valor justo	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa para derivativos designados como instrumentos de hedge.					
<p>Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas</p> <p>Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado ou à valor justo por meio do resultado.</p> <p>Desreconhecimento</p> <p>Ativos financeiros</p> <p>A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.</p> <p>Passivos financeiros</p> <p>A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.</p> <p>Compensação</p> <p>Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.</p> <p>Instrumentos financeiro derivativos</p> <p>Hedges de fluxo de caixa</p> <p>A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas diferentes da sua moeda funcional.</p> <p>Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.</p> <p>A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de opção de câmbio como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento de exercício das opções de câmbio é contabilizada separadamente como custo de hedge, reconhecida em outros resultados abrangentes em um componente separado no patrimônio líquido.</p> <p>Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro</p>						

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código E100-C518-EAFE-7B1D.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E100-C518-EAFE-7B1D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E100-C518-EAFE-7B1D



Hash do Documento

JzgQG7d8+/kar5KTea7BZzqWeX5zakUIHJQQQ6j/38I=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/06/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 10/06/2024 19:54 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

